

Brasil deve pagar a dívida em mercadoria

Júlio César de Sá Carvalho

As crises econômicas não são privilégios dos países subdesenvolvidos. São muito mais frequentes entre as grandes potências que, justamente por saberem sair delas, conseguem o equilíbrio necessário para aumentar ou, pelo menos, conservar através do tempo suas riquezas acumuladas.

A presente crise relacionada com a dívida externa do Brasil, que ameaça fazer o país retroceder à posição anterior de subdesenvolvimento, anulando o grande esforço realizado a partir dos anos 40, necessita solução que evite a recessão, o desemprego, a fome para parcela ponderável da população; a venda das nossas indústrias aos conglomerados multinacionais, o controle externo da nossa economia e, *ultima ratio*, a convulsão social. Tomemos o exemplo da Inglaterra. Ao terminar a II Grande Guerra, ela achava-se em situação calamitosa, com o país semidestruído, a economia paralisada e ... devendo valores astronômicos aos países que lhe forneceram mercadorias, especialmente alimentos, durante a guerra. Além da ajuda do Plano Marshall, a Inglaterra encontrou uma solução *sui generis*, própria do seu *status* de potência: em agosto de 1947 declarou a inconvertibilidade da libra. Todos os países que possuíam divisas naquela moeda, fruto das transações comerciais favoráveis durante a guerra, não puderam utilizá-las fora do mercado inglês. Esses países tiveram assim que *contribuir* para a recuperação

da combalida economia inglesa, através de importações naquele mercado durante largo período.

A Argentina foi talvez a maior contribuidora, devido às reservas acumuladas em libras na exportação de carne e produtos agrícolas para a Inglaterra durante praticamente toda a guerra. É interessante observar que a política argentina era a favor do Eixo, mantendo uma teimosa posição de neutralidade, apesar da pressão dos EUA para que declarasse guerra à Alemanha e Itália. Além das razões ideológicas (e sentimentais em relação à Itália), a neutralidade da Argentina tinha como razão maior o seu lucrativo comércio com a Inglaterra, já que tal posição impedia que os submarinos do Eixo torpedeassem seus navios.

De nada valeu, no entanto, sua posição de credora da grande potência a que ajudara durante a guerra. Naturalmente dos tratados, acordos e regras do comércio internacional davam suporte para a imposição feita, pois naquela época a Inglaterra ditava a lei. A Argentina, precisando com urgência transformar suas libras em dólares para compras nos EUA, teve que se conformar com os equipamentos ingleses que só seriam entregues à medida que a produção inglesa fosse se recuperando.

O Brasil ainda não tem o *status* de potência e não poderia impor uma solução com esse caráter de unilateralidade. Mas o

raciocínio inglês se aplica: só podemos pagar com nossa produção.

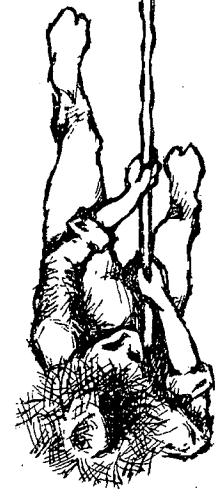
Temos a capacidade de pagar, só que em mercadorias, o que não é exatamente igual a divisas em dólares. Nossos credores nos fecham os mercados e aconselham a diminuir a produção através de uma *saudável* recessão. Para obter divisas teremos que entregar a riqueza acumulada e voltar à posição de dependência de 40 anos atrás.

A política de trocas bilaterais que se está tentando agora no México é o primeiro passo para exorcizar o mito da inconvertibilidade das divisas. Por que não exigir dos credores o sistema de pagamento que propicie a recuperação da nossa economia através da dinamização da produção? O Brasil pode exportar cerca de US\$ 30 bilhões de mercadorias por ano; desses bilhões, 20 são necessários para manter as trocas normais com o exterior, e 10 poderiam ser destinados exclusivamente ao pagamento da dívida.

Somos um país com vastos recursos naturais, com enorme população apta para o trabalho em todos os níveis e já possuímos infra-estrutura básica e grau de industrialização suficiente para produzir mercadorias de que nossos credores necessitam. Entre receber em espécie ou receber por meio de dilatada moratória, a opção possivelmente seria a favor da primeira alternativa. Da parte do Brasil, a atitude mais consentânea com os interesses vitais do país é negar o pagamento através da riqueza acumulada, pois compromete o nosso desenvolvimento e o futuro do nosso povo.

Júlio César de Sá Carvalho é Técnico de Administração atualmente desempenhando as funções de consultor da Finep. Mato-grossense, 65 anos, mora no Jardim Botânico, Rio.

mplo, não sabemos como intitularam seu
: circunstâncias que não eram certamente as
parte criaram essas circunstâncias, pela
se apresenta com o título. O destes primeiros escritos,
tes a uma incipiente variedade de produção, é um só, talvez
"Peri Physicos", i. é, "Sobre a Natureza". Isto é, em termos
que os gregos entendiam por "physis" absolutamente não
ue nós, com nossa ciência e nossa tradição, entendemos por "natureza"
exagerar, o nosso "sobre" que inadvertidamente colamos a "natureza"
lho hábito que em si abriga a possibilidade da dissertação erudita, tal
também ao "peri" dos gregos, que é concretamente um "em torno
que está escrito, uma aproximação
a maior, a que abrange o nosso cor
que sobrou deles foram pequenos t
zes pedaços de frases, às vezes um
culos depois (IV séc. a.C. — VI séc. d.C.) se escr
aram. Sobraram também muitas notícias sobre a
obrou, podemos dizer assim, uma interpretação q
te fixou a posição desses pensadores na história da
omeçaram um discurso racional, que just
t desenvolveu em todos os planos e artu
de maturidade, por exemplo na obra de A
rica, numa ética, numa física e numa met



ssa perspectiva de uma história da filosofia, eles ficaram numa espécie de gai
ura, onde vagamente se lhes reconhecia o mérito de terem começado, um mé
to suspeito, pois secretamente minado pela orgulhosa convicção, nos que o re
m, de um natural adiantamento, progresso, e portanto vantagem, superiorida
os numa cultura unificada e homogênea (podemos dizer
"Média crise". Descobriram e editaram, e traduziram e
asseguiu metódicamente, no âmbito das academias e u.

Jorge Arboch